

CARTA A ANGOLA

Compatriotas,

irmãos e irmãs angolanos

Somos filhos de vítimas do 27 de maio.

Sofremos todos uma dor incurável, misto de perda, de ausência e de incerteza sobre as condições em que os nossos pais perderam a vida.

Vivemos toda a nossa vida ou grande parte dela privados da companhia dos nossos pais. Alguns de nós tiveram ainda o privilégio de privar com os pais, de experimentar a sensação única e insubstituível de viver o amor paternal. De aprender pela sua mão a andar, a correr, a nadar, a enfrentar os medos e os perigos...

Outros conhecem os pais apenas por fotografias, algumas tão antigas e desbotadas que não se consegue reconstituir os traços da sua fisionomia. Nunca ouviram a sua voz, nem tiveram a sorte de conviver com eles na infância ou na idade adulta.

Os nossos pais não puderam aconselhar-nos sobre os nossos percursos académicos, sobre as nossas escolhas profissionais, sobre as mais importantes decisões que tivemos de tomar na vida.

Também não puderam conhecer os nossos filhos.

Foram bruscamente arrancados de nós, quando pensavam estar a construir um país digno e próspero para todos nós, os seus filhos e os filhos de todos os outros pais.

Mesmo não tendo privado com eles, mantivemos sempre intacto, sempre vivo, o amor pelos que nos deram a vida. Cremos ser isso que qualquer pai espera dos filhos.

Sabemos que eram nacionalistas.

Que devotaram os seus melhores anos à luta por uma Angola independente, onde todos os angolanos, livres e iguais, pudessem ter uma vida digna, com acesso à educação, à saúde, ao trabalho e a pão para colocar na mesa dos filhos. Uma Angola independente em que coubesse um lugar para todos.

Muitos deles sofreram na pele a repressão da polícia política do colonialismo, a PIDE, e enfrentaram a prisão e o degredo, por lutarem pela liberdade e pela independência do nosso povo.

São Paulo, São Nicolau, Tarrafal, são nomes de cadeias e de campos de concentração que associamos à sua vida de militantes anticolonialistas e combatentes da liberdade.

Nunca compreendemos como foi possível serem presos, torturados e sumariamente executados, sem direito a um julgamento justo e imparcial, na Angola independente que ajudaram a construir...

Há seguramente ainda muito por desvendar sobre o que aconteceu no dia 27 de maio de 1977, sobre os acontecimentos que o precederam e sobre a barbárie que se lhe seguiu.

Todos nós fomos condenados a viver como filhos de sombras. De nomes que não se podia pronunciar em voz alta, sob pena de se ser considerado inimigo da nação. De almas cujos corpos as famílias não mais viram e cujos restos mortais jazem depositados em lugares que fomos privados de conhecer. Nunca pudemos dar uma sepultura digna aos nossos pais, como corresponde aos nossos costumes e qualquer filho quer fazer.

As nossas mães, viúvas que nunca viram nem receberam os cadáveres dos companheiros, conheceram a perseguição, o opróbrio, o ostracismo e, em alguns casos, foram condenadas à miséria.

Muitos de nós enfrentaram sérias dificuldades adicionais, por serem filhos de mortos à mão de um Estado que se recusou a reconhecê-los e, por isso, nunca emitiu as certidões de óbito. Vivemos anos e anos num limbo...

Porém, subitamente, há ano e meio, vimos uma luz no fundo deste longo túnel e essa luz trouxe esperança para muitos de nós.

O Presidente João Lourenço, pela primeira vez na história de Angola independente, reconheceu os excessos do Estado nos acontecimentos que se seguiram ao 27 de maio, prometeu justiça e dignidade para os mortos, paz e reconciliação entre os vivos.

Admitiu publicamente as mortes de cidadãos às mãos do Estado, comprometeu-se com a emissão das correspondentes certidões de óbito, a identificação e entrega dos restos mortais às famílias, para a realização das exéquias fúnebres.

Esse gesto, olhado inicialmente com desconfiança, por ser inédito, por ter lugar em ano anterior ao de eleições, porque esperámos tanto tempo que já tínhamos desesperado, acabou por ser reconhecido por todos nós como o primeiro sinal genuíno de busca pública da VERDADE e de intenção de reconciliação.

Foi criada uma comissão, sob a égide do Ministro da Justiça – A CIVICOP – que ficou encarregue de dar execução aos procedimentos necessários à execução do programa definido pelo Presidente da República.

Questionámos sempre a metodologia seguida pela CIVICOP – porque envolvia pessoas intimamente ligadas à repressão em Maio de 1977, que nenhum interesse terão na reposição da verdade; porque não incluiu representantes das vítimas; porque nunca tornou claros os procedimentos que estava a seguir na localização e identificação dos cadáveres.

Paralelamente, foi criada toda uma máquina de propaganda que poderia garantir tudo, menos um trabalho rigoroso e um resultado sério. Foram exibidas na televisão imagens de um técnico brasileiro com um aparelho que serviria para localizar corpos; imagens de equipamentos semelhantes a retroescavadoras, que estariam no local a remover restos mortais; chegou-se ao ponto de anunciar publicamente a possível localização de cadáveres de pessoas cujos nomes foram publicitados nas televisões, enquanto se exibiam esqueletos humanos, reavivando sentimentos de profunda comoção e sofrimento nas famílias.

Ouvimos pronunciar o nome dos nossos pais e o de pais de companheiros nossos, órfãos também na sequência daqueles massacres. Ali estavam os restos mortais, que encerrariam um capítulo da história.

Foram entregues corpos em cerimónias públicas amplamente televisionadas, em véspera de eleições presidenciais. Foram realizadas cerimónias fúnebres. O país viu. Todo o país viu e viveu esse momento como um tempo de verdade e reconciliação.

Porém, nem todos recebemos acriticamente os restos mortais que nos foram indicados como pertencentes aos nossos pais. Alguns de nós pediram a realização de testes de ADN para confirmar a identidade dos cadáveres.

E foi com espanto e dor que feitos os exames se concluiu que NENHUMA das amostras corresponde à de cadáveres dos nossos pais...!

Incrédulos, perguntamos porquê que nos fazem isto? Porquê que nos fizeram isto? Não chegou terem-nos imposto uma vida familiar amputada, sempre marcada pela tristeza da perda dos nossos pais? Não bastou o Estado ter

demorado mais de 40 anos – mais do que a idade da maioria das vítimas – para tentar assegurar às vítimas o direito à identidade?

Objetivamente, aquilo a que assistimos foi um exercício de crueldade, em que se reavivaram gratuitamente sentimentos de perda, de dor e de mágoa, com objetivos que nada têm de nobre.

E se nenhum dos restos examinados corresponde às pessoas a quem se disse pertencerem, o que se passará com os restos mortais já entregues às famílias e enterrados sem exames prévios?

As autoridades dirão agora que foi um erro. Um engano que pode ser reparado, com novas pesquisas e indagações.

E nós perguntamos: Quantas mais pesquisas e indagações serão necessárias para se chegar à verdade? Quantas mais amostras de cadáveres nos serão entregues, em vão?

A VERDADE – sabemo-la todos – é que estão vivos e identificados muitos dos responsáveis e participantes na repressão. E a questão que colocamos, legitimamente, é a de saber porquê que, com total transparência, essas pessoas não são chamadas a indicar, sob juramento, os locais onde foram enterrados ou lançados os corpos a que tiraram ou mandaram tirar a vida.

45 anos é tempo suficiente para se encarar a VERDADE e para o País enfrentar os seus traumas.

A VERDADE ilumina e reconcilia.

A VERDADE não é apenas um direito nosso enquanto filhos, ou um direito das famílias. A VERDADE é um imperativo nacional. Não conseguiremos ultrapassar esta tragédia e aprender com ela se continuarmos a recusar-nos a enfrentar verdadeiramente os factos.

E é por ser este o nosso convencimento que vimos publicamente exprimir a decepção com todo este processo e nos dirigimos ao povo angolano e ao país pedindo que se una na busca da VERDADE, porque esta é a única que nos pode verdadeiramente permitir acertar contas com o passado e construir um futuro liberto de mágoas e de ressentimentos.